

UMA CRÍTICA PÓS-COLONIAL DA ASTROPOLITIK DE EVERETT DOLMAN

Gabrielly Pereira Fonseca¹

RESUMO

No contexto atual de rápidas transformações no campo da exploração espacial, este artigo analisa criticamente a proposta de Everett C. Dolman em *Astropolitik: classical geopolitics in the space age*, destacando sua visão de dominação do espaço exterior pelos Estados Unidos como um imperativo estratégico. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem pós-colonial, busca compreender como a militarização e a competição por recursos espaciais podem reproduzir assimetrias históricas entre países desenvolvidos e o Sul Global. Argumenta-se que, embora a *Astropolitik* proponha a supremacia norte-americana como forma de garantir segurança e projeção de poder, tal perspectiva levanta sérias implicações éticas, políticas e geopolíticas. O estudo ressalta que a exclusão de nações com menor capacidade tecnológica compromete a construção de uma governança internacional inclusiva e sustentável do espaço. Conclui-se que o futuro da exploração espacial demanda uma abordagem cooperativa, multilateral e regulada, que possibilite o uso equitativo dos benefícios decorrentes do desenvolvimento espacial, reduzindo desigualdades e promovendo maior equilíbrio nas relações internacionais.

Palavras-chave: Astropolitik; militarização do espaço; exploração espacial; pós-colonialismo.

ABSTRACT

In the current context of rapid transformations in space exploration, this article critically examines Everett Dolman's proposal in "Astropolitik: classical geopolitics in the space age", emphasiz-

ing his view of U.S. domination of outer space as a strategic imperative. Grounded in a postcolonial approach, the research seeks to understand how the militarization and competition for space resources may reproduce historical asymmetries between developed countries and the Global South. It is argued that, although Astropolitik promotes U.S. supremacy as a means to ensure security and power projection, such a perspective raises serious ethical, political, and geopolitical concerns. The study highlights that the exclusion of nations with limited technological capacity undermines the construction of an inclusive and sustainable international governance of space. It concludes that the future of space exploration requires a cooperative, multilateral, and regulated approach that enables the equitable use of benefits from space development, reducing inequalities and fostering greater balance in international relations.

Keywords: Astropolitik; space militarization; space exploration; postcolonialism.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, observa-se um período de progresso acelerado no desenvolvimento espacial, no qual figuras proeminentes dedicam-se à conquista de novos territórios no espaço exterior. A entrada vigorosa da iniciativa privada levanta questões inéditas sobre a exploração e colonização do espaço extraterrestre, desafiando os papéis tradicionais dos atores das relações internacionais como, por exemplo, os Estados que, por muito tempo, dominaram a narrativa espacial.

O espaço transformou-se em um catalisador essencial para a introdução de sistemas comerciais, civis, militares e científicos, promovendo uma visão ampliada de expansão e, principalmente, de controle. Em virtude do controle que alguns países podem ter sobre outros por meio da exploração espacial, é crucial compreender como se desenvolverá esse processo "civilizatório" espacial proposto pelos Estados, bem como suas consequências, e como os países com baixo, médio ou nenhum investi-

mento na área espacial irão funcionar dentro desse contexto, influenciando as relações de poder.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é realizar uma crítica da proposta de *Astropolitik* formulada por Everett Dolman, buscando compreender, sob o viés da teoria pós-colonial, como seus argumentos sobre a dominação do espaço reforçam lógicas hierárquicas e desigualdades globais. A pergunta que orienta este trabalho é: de que maneira a *Astropolitik* de Dolman reflete uma lógica de dominação espacial que marginaliza o Sul Global e reproduz padrões imperialistas no contexto das relações internacionais? A relevância desta investigação reside na necessidade de analisar criticamente as narrativas que moldam a exploração e a militarização do espaço, considerando suas implicações políticas, econômicas e sociais.

A metodologia abordada neste estudo se apoia na análise crítica do discurso, aplicada à obra de Everett Dolman. Em primeiro lugar, identifica-se os principais argumentos do autor acerca da dominação e militarização do espaço. Em seguida, os argumentos são contrapostos à literatura pós-colonial, com o objetivo de revelar como a retórica presente na obra de Everett Dolman de “segurança espacial” combinada com a supervalorização do “progresso tecnológico” dos Estados Unidos da América (EUA) encobre dinâmicas de exclusão e subordinação do Sul Global. Essa abordagem possibilita compreender não apenas os mecanismos de dominação explícitos no discurso de Dolman, mas também suas implicações para a política espacial global e para os atores marginalizados no desenvolvimento da exploração do espaço exterior.

Nesse contexto, torna-se necessário recorrer à teoria pós-colonial para aprofundar a compreensão do espaço extraterrestre à medida que a humanidade se aventura para além dos limites da Terra. Sob essa perspectiva, evidencia-se a persistência de lógicas discriminatórias no campo da *Astropolitik*, como se observa no trabalho de Everett Dolman, um dos principais autores da área, que defende a necessidade de os EUA manterem o comando sobre o espaço. Nesse sentido, as reflexões têm como base os

trabalhos de Said (1978) e o orientalismo e de Quijano (2000) e a *colonialidade do poder* até as reflexões de Parks (2005) com a *pegada satelital* Ricaurte (2019) com os estudos sobre tecnocolonialismo, que ajudam a evidenciar como a infraestrutura orbital se torna um instrumento de poder, reproduzindo desigualdades históricas. Dessa forma, esse artigo busca lançar luz sobre as dinâmicas de poder e influência que permeiam os esforços espaciais contemporâneos e como a exploração espacial não é pensada para o Sul Global.

Por fim, o artigo propõe uma reflexão a partir do caso da América Latina. O Brasil, Argentina e México foram selecionados como objeto de análise por representarem as principais potências regionais com programas espaciais ativos, ainda que marcados por limitações estruturais, dependência tecnológica e escassez de recursos. Assim, este trabalho contribui para o debate sobre o imperialismo do conhecimento e a dependência tecnológica em escala cósmica, questionando as pretensões de dominação da *Astropolitik* e propondo uma leitura crítica de como a expansão humana além da Terra caminha para refletir aspectos coloniais no espaço exterior.

EVERETT DOLMAN E A ASTROPOLITIK: O ESPAÇO EXTERIOR SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO

Em primeiro lugar, cabe-se mencionar um pequeno histórico sobre o papel dos EUA na exploração espacial e pode-se ressaltar que não surge apenas em 1958 com a criação da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA). O desenvolvimento da exploração espacial moderna tornou-se profundamente entrelaçado com os eventos históricos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o cenário da Guerra Fria (1947-1991).

Durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas alemães avançaram significativamente na tecnologia de foguetes no âmbito militar para que os ataques aéreos fossem além da Terra e não dependessem de aviões como, por exemplo, as bombas e o foguete V-2 desenvolvidos pelo engenheiro alemão Wernher von Braun (Sausen,

1999). Tal desenvolvimento foi crucial e posteriormente aproveitado pelos americanos, especialmente através do programa secreto intitulado “Operação Paperclip” que tinha como objetivo recrutar cientistas alemães nas áreas de engenharia mecânica e foguetes para os EUA no ano de 1945 (Nuñez, 2022).

Durante os primeiros anos da Guerra Fria, a corrida espacial deu seus primeiros passos significativos, como observa Burgess (2021). Segundo o autor, a competição entre Estados Unidos e União Soviética era impulsionada pela necessidade de ampliar suas capacidades militares, especialmente no que se refere à projeção de poder por meio de foguetes balísticos. O lançamento do primeiro satélite artificial pela União Soviética, o Sputnik, em 1957, representou um marco que alarmou os Estados Unidos, evidenciando o rápido avanço de seu rival no domínio do espaço. A década de 1960, por sua vez, foi marcada por eventos emblemáticos que consolidaram a corrida espacial como uma das expressões centrais da rivalidade entre as superpotências.

Em 1961, o russo Yuri Gagarin se tornou o primeiro humano lançado ao espaço, seguido pelo americano Alan Shepard Jr. Já em 1969, Neil Armstrong e Buzz Aldrin da NASA alcançaram a Lua, um feito que simbolizou o ápice da corrida espacial marcando uma “vitória” dos Estados Unidos da América frente aos seus inimigos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Paladini, 2019). Logo na década de 1980, o presidente dos EUA, Kennedy, iniciou movimentos para a criação de uma Estação Espacial Internacional (EEI), um projeto que se concretizou em 1998. Assim, a exploração espacial não apenas refletiu as rivalidades geopolíticas do século XX, mas também evoluiu para uma colaboração internacional que continua a moldar o futuro da humanidade no cosmos.

Em 2001, baseado nos estudos da tradição realista das Relações Internacionais (RI), Mearsheimer desenvolveu e apresentou ao mundo as premissas do que seria o realismo ofensivo, a partir da percepção de que a paz é inalcançável e, embora um mundo pacífico seja

algo desejável, não há uma via clara para evitar a guerra e a constante competição por segurança (Mearsheimer, 2001). Além disso, o autor defende ser a busca por poder a única maneira para que uma grande potência sobreviva em um ambiente anárquico como o sistema internacional. Nesse sentido, a perspectiva de Mearsheimer em *The Tragedy of Great Power Politics* (2001) se insere diretamente como base para a obra de Everett Dolman.

Décadas depois dos avanços significativos em cooperação internacional ligadas à área espacial e apenas um ano depois do lançamento da obra de Mearsheimer, Everett Dolman, norte-americano e um dos principais estudiosos contemporâneos da estratégia espacial, com formação em Estudos de Defesa e Relações Internacionais, lança o seu trabalho mais notável intitulado *Astropolitik: classical geopolitics in the space age*, publicado em 2002. A obra propõe uma análise estratégica do espaço exterior sob uma perspectiva do realismo ofensivo, enfatizando a competição e a segurança na política espacial. Dolman parte da premissa de que o espaço não é apenas uma fronteira científica ou comercial, mas também um domínio estratégico que deve ser gerido por Estados capazes de projetar poder de forma sustentada. É após esse trabalho que se inicia a análise das projeções estratégicas espaciais dos EUA, baseadas nos pensamentos da *Astropolitik* de Everett Dolman, que aborda o tema sob uma perspectiva militar.

Para Dolman, a neutralidade sobre quem domina o espaço exterior é uma ameaça à segurança dos EUA. Deixar o espaço como uma zona neutra pode ser interpretado como um sinal de fraqueza que potenciais rivais podem explorar. A *Astropolitik* apresenta noções geopolíticas de poder no Espaço, oferecendo sugestões para o domínio do mesmo por meios militares e cabe destacar que a *Astropolitik* consiste na visão de mundo na qual “[...] os Estados empregarão a competição de forma produtiva, aproveitando os incentivos naturais para o ganho próprio dentro de um futuro mutuamente benéfico.” (Dolman, 2005, p. 3). A proposta teórica de Dolman também inclui a ideia de que tal exploração e

competição econômica serão benéficas para a democracia e capazes de minimizar as negatividades da militarização espacial. Essa visão sugere que a exploração e o domínio do espaço, embora potencialmente militarizados, poderiam levar a um ambiente onde a competição econômica e a inovação prosperem, beneficiando as democracias. Se levarmos em conta que a teoria de Dolman (2005) é produzida para a manutenção de segurança e poderio dos EUA no espaço, surge, então, a seguinte indagação: quais democracias?

Outro aspecto relevante nos pensamentos de Dolman (2005) é a desmistificação da noção de que o espaço exterior seja uma zona de grande vazio. Na obra, o autor descreve o espaço como uma “rica vista de montanhas e vales gravitacionais, oceanos e rios de recursos e energia” (Dolman, 2005, p. 5). Em outras palavras, Dolman (2005) vê o espaço como um terreno repleto de oportunidades e recursos valiosos que podem ser explorados para benefício estratégico e econômico dos EUA. Essa nova visão do espaço proposta por Dolman contrasta fortemente com a ideia de que o espaço é um vazio e enfatiza a importância do controle e exploração dos recursos espaciais anteriormente aqui citados.

Nesse sentido, a proposta de Dolman (2005) se insere claramente no realismo ofensivo das Relações Internacionais que, de acordo com Mearsheimer (2001), valoriza o poder, a segurança e a competição entre Estados como elementos centrais para compreender a política global. A perspectiva de Dolman (2005) traduz a visão de que o espaço exterior não é um território neutro, mas um ambiente estratégico cujo controle influencia diretamente o equilíbrio de poder global. Em outras palavras, na atual dinâmica política, nenhum Estado tem domínio sobre essa área. Em vez de deixá-la como uma zona neutra ou compartilhada, Dolman (2005) sugere que os EUA tomem a iniciativa de gerenciá-la antes que outro país o faça.

No livro, é possível encontrar uma crítica às teorias pacifistas que descartam a ideia de guerra a como utópica e distante da realidade dos eventos que moldam a exploração espacial. Embora o autor não advogue pela guerra e a mi-

litarização do espaço exterior, esses não são apenas fenômenos históricos para ele, mas sim um processo em curso. Ademais, no trabalho, Dolman (2005) aborda uma perspectiva importante e a qual será tratada nesse artigo: a perspectiva de que os EUA devem dominar o espaço Exterior. O autor defende a necessidade de um hegemom, sendo os EUA o ator ideal para esse papel, fundamentado no pioneirismo histórico do país na exploração espacial, que desde a corrida espacial da Guerra Fria até a criação de colaborações internacionais como a Estação Espacial Internacional, serve como justificativa e legitimação para sua posição de liderança estratégica, reforçando a lógica do realismo ofensivo que perpassa a obra do autor.

INFLUÊNCIA DA ASTROPOLITIK NA POLÍTICA ESPACIAL DO EUA

Dolman (2005) estabelece três ações conjuntas que devem compor a projeção estratégica espacial dos EUA. Em primeiro lugar, o autor afirma que o país deveria retirar-se de todos os acordos, tratados e convenções que compõem o Direito Espacial Internacional, deixando para trás os ideais de anti militarização do Espaço propostos durante a Guerra Fria. Segundo Dolman (2005), os tratados mais relevantes, como a Declaração dos Princípios Jurídicos Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso (pacífico) do Espaço Exterior da Organização das Nações Unidas (ONU), impedem a exploração total dos recursos espaciais. Ele propõe o “princípio de soberania do livre mercado no espaço”, onde os Estados poderiam estabelecer reivindicações territoriais sobre as áreas que desejam explorar para fins comerciais. Esse passo é crucial para permitir que os EUA aproveitem plenamente as oportunidades econômicas e estratégicas no espaço.

Em segundo lugar, Dolman (2005) salienta a importância da retomada dos discursos e propagandas utilizadas pelo governo dos EUA ao longo da Guerra Fria, os quais auxiliaram a formar o *soft power*² estadunidense por meio do Espaço. Desta maneira, haveria o fortalecimento

da influência do país no sistema internacional. Além disso, os EUA devem aproveitar o controle da órbita terrestre baixa, onde armas espaciais a laser ou armas de energia cinética poderiam impedir qualquer outro Estado de implantar recursos e destruir instalações terrestres. Dolman (2005) argumenta que o controle desta zona é essencial para garantir a superioridade espacial dos EUA e impedir que outros Estados ganhem vantagens estratégicas.

Finalmente, Dolman (2005) sugere a criação de uma agência espacial nacional para a coordenação do espaço exterior que vá além do escopo da NASA. Essa agência seria responsável por definir, separar e coordenar os esforços de projetos espaciais comerciais, civis e militares. Dolman (2005) acredita que uma agência centralizada permitiria uma abordagem mais eficaz e coesa para a exploração e utilização do espaço, garantindo que os EUA mantenham uma posição dominante na arena espacial. A visão de Dolman se mostra durante toda a obra inclinada para adoção de visões realistas ofensivas que defendem não só a manutenção da segurança do Estado, mas a projeção de poder, afirmando que o sistema internacional sempre oferece incentivos para expansão (Feng; Ruizhuang, 2006). Desse modo, a *Astropolitik* busca promover no sistema internacional um poder espacial de supremacia e “controle espacial” por parte dos EUA para manter uma superioridade estratégica. Colbert (2018) pede atenção aos sinais da implementação da teoria de Dolman pelo governo estadunidense tendo em vista que a *Astropolitik*, pode embasar a ampliação e comando do espaço pelos EUA.

Nesse sentido, a obra de Dolman encontra espaço nas políticas recentes dos Estados Unidos. Em meados de 2018, por exemplo, durante uma reunião do Conselho Nacional do Espaço, o presidente dos EUA, Donald Trump, ordenou o estabelecimento de uma “Força Espacial” para o país e o aumento de investimentos na NASA. Ademais, enfatizou em seu discurso para a plateia que “[...] o espaço é um domínio de guerra, assim como a terra, o ar e o mar” (Galante, 2018, s.p.). Nesse contexto, Projetos como o Artemis, conduzido pela NASA para exploração da Lua, refletem diretamente a

premissa de Dolman de que o domínio do espaço deve ser ativo, estratégico e liderado pelos EUA, antes que outros Estados assumam essa posição. Afinal, embora a NASA seja uma autoridade proeminente em assuntos espaciais, sua natureza é como agência nacional dos Estados Unidos, ou seja, estatal, e levanta questionamentos sobre suas motivações e o equilíbrio entre interesses nacionais e colaboração internacional no espaço.

Nessa lógica, a *Astropolitik* de Dolman não se limita apenas a uma proposta teórica, ela dialoga com a formulação concreta de políticas espaciais norte-americanas e o discurso do presidente dos EUA evidencia como o trabalho de Everett Dolman ganha notoriedade no país a cada ano que se passa desde sua publicação. Com relação às Relações Internacionais, os acadêmicos estão cada vez mais incorporando temas que antes eram consideradas periféricas ao debate central da disciplina, buscando desvinculá-las do imperialismo e no contexto da exploração espacial, nota-se um movimento inicial para adaptar as premissas estabelecidas a essa nova dimensão de atividade dos Estados. Afinal, a quem interessa a exploração do espaço exterior? Quais Estados serão realmente beneficiados?

A ASTROPOLITIK SOB UMALENTE PÓS-COLONIAL: PODER, DOMINAÇÃO E EXCLUSÃO

De acordo com Colbert (2018), Dolman (2005) adapta a teoria do *Heartland* de Mackinder – quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a Ilha Mundial (Europa, Ásia e África) – ao espaço exterior, afirmando que quem controla a baixa órbita terrestre, controla o espaço mais próximo da Terra, e quem controla o espaço mais próximo da Terra, controla o planeta. O controle da baixa órbita garante a implantação de armas ofensivas e defensivas para monitorar as ações militares na Terra, limitando as oportunidades estratégicas dos rivais e assegurando a projeção de força para o controle indireto do território de importância estratégica vital, neste caso, o con-

trole da Terra inteira. O controle do *Earth Space* não só garante o controle a longo prazo do alcance externo do espaço, mas também proporciona uma vantagem a curto prazo no campo de batalha terrestre.

Sob uma leitura pós-colonial, essa formulação revela um discurso profundamente centrado na lógica da dominação e do controle, refletindo aspectos de uma nova forma de colonização, mas agora no espaço. Nesse sentido, a teoria de Dolman (2005) se concentra essencialmente no conceito de controle, mais precisamente no controle que os Estados Unidos deveriam exercer sobre o espaço exterior, com vistas a influenciar e dominar não apenas o espaço próximo da Terra, mas também, de maneira mais ampla, toda a humanidade, o que reproduz o mesmo imaginário de superioridade civilizatória que sustentou o colonialismo histórico. Assim como as antigas potências europeias justificavam a colonização da Terra em nome do “progresso” e da “ordem”.

Nesse sentido, os argumentos da obra de Dolman (2005) podem ser interpretados à luz dos estudos de Said (1978) como uma forma de *orientalismo contemporâneo e espacial* onde têm-se a construção simbólica de um “outro” não desenvolvido, tecnologicamente atrasado, cuja exclusão reforça o poder e a identidade do centro. Assim, Dolman (2005) mobiliza o discurso da segurança e do avanço tecnológico para legitimar a centralidade norte-americana no cosmos, e como consequência, o espaço exterior torna-se o novo “Oriente”, um território de projeção da soberania e do imaginário imperial ocidental representado pelos EUA.

Além disso, um aspecto crucial da teoria de Dolman é a falta de consideração explícita pelo Sul Global em suas estratégias. Essa omissão se restringe apenas do campo teórico, mas representa uma reprodução de uma estrutura de colonialidade do poder (Quijano, 2000). Dessa forma, a *Astropolitik*, ao enfatizar a competição para garantia de um monopólio da exploração espacial por parte da potência tecnológica e militar, EUA, reforça aspectos da colonização centrados em hierarquias e supremacias globais que, agora, se baseiam na tecnologia para se consolidarem como imperialistas no sistema in-

ternacional.

Esta ausência reflete não apenas uma negligência em incluir as nações menos desenvolvidas nas discussões sobre a exploração espacial, mas também uma clara indicação de que a tecnologia espacial não é concebida com a intenção de ser acessível ou beneficiar diretamente os países da periferia. De acordo com Macdonald (2007), as potências espaciais reproduzem lógicas coloniais e perpetuam desigualdades entre o Norte e o Sul Global, perpetuando a exclusão de países periféricos das decisões e benefícios da exploração espacial como, por exemplo, nenhum país da América Latina faz parte da Estação Espacial Internacional. Logo, esta disparidade na capacidade de participação na exploração espacial ressalta as desigualdades estruturais que permeiam as relações internacionais, onde os países do Norte Global mantêm uma clara vantagem tecnológica e estratégica, enquanto os do Sul Global enfrentam barreiras significativas para ingressar nesse campo.

Outro aspecto de análise são os estudos acerca do *tecnocolonialismo* (Ricaurte, 2019), bastante pautado nos estudos de Lisa Parks (2005) acerca da *pegada satelital*³, indicam que o domínio espacial representa uma nova infraestrutura de controle planetário. Ou seja, a colonização contemporânea não se caracteriza mais por meio de ocupações físicas de territórios, mas sim por meios além de fronteiras terrestres como, por exemplo, vigilância e captura de fluxos de dados. Nessa lógica, a *Astropolitik*, portanto, pode ser lida como um projeto de colonização digital e orbital, em que o espaço se torna a fronteira final da desigualdade.

Essa disparidade levanta questões profundas sobre a equidade e a justiça no acesso aos benefícios da exploração espacial. Surge então a questão central: o espaço é apenas mais um campo territorial para a projeção das hegemônias terrestres? Além de ser um campo de descoberta científica e exploração tecnológica, o espaço também se tornou um novo campo para competições geopolíticas e estratégias de poder entre as potências mundiais. Essa dinâmica não apenas influencia as relações internacionais contemporâneas, mas também le-

vanta preocupações sobre a governança global no espaço e a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e inclusiva na exploração e utilização dos recursos espaciais.

No contexto dessas reflexões, o *darwinismo social* emerge, sugerindo que os Estados, como organismos que nascem e evoluem ao longo do tempo, buscam alcançar o ápice do poder. Nessa visão, a vitória é moralmente justificada e necessária, refletindo a meritocracia e a busca pelo interesse próprio como motores da humanidade, incentivando o individualismo como o caminho ideal (Krishna, 2018). No que se refere ao trabalho de Everett Dolman, pode-se aplicar o que é observado por Cox (2021) em que cada teoria é construída para alguém e com um propósito específico, muitas vezes servindo aos interesses daqueles no poder. Através da teoria de Dolman, pode-se levantar questionamentos sobre a neutralidade da exploração espacial por parte dos EUA e a sua verdadeira motivação. Assim, é possível refletir se o esforço visa ao avanço científico e humano ou um jogo de poder geopolítico disfarçado.

Segundo Krishna (2018), as teorias clássicas de RI são caracterizadas pelo nacionalismo metodológico, no qual os Estados-nações são vistos como as unidades principais de análise. Nesse contexto, eles estão constantemente travados em uma eterna competição em meio à anarquia do sistema internacional, buscando a manutenção de sua segurança e a defesa de seus interesses próprios. Essa perspectiva enfatiza a importância da soberania nacional e do poder militar, destacando a natureza competitiva e muitas vezes conflituosa das interações entre estados.

Na obra, Dolman (2005) enfatiza as órbitas, as regiões do espaço e os pontos de lançamento como pontos geopolíticos vitais sobre os quais os Estados podem se preparar para lidar de forma competitiva e estratégica para lutar pelo controle. Para o autor, toda a exploração espacial e os descobrimentos científicos dos EUA devem ser utilizados para fins de segurança. Partindo dessa concepção de segurança, Dolman (2005) discorre sobre a “ameaça” que representa para o país o domínio espacial por qualquer outra nação. Em outras pa-

lavras, o trabalho de Everett Dolman reflete perspectivas clássicas das RI, de Estados do Centro, com características específicas e desejos evidentes de dominação, se utilizando de tecnologia espacial, sobre os países periféricos como, por exemplo, os da América Latina.

Por fim, a tecnologia espacial, conforme delineada por Dolman (2005), é moldada e direcionada para servir aos interesses e às agendas das potências dominantes, reforçando assim as hierarquias existentes no sistema internacional. Este viés tecnológico e estratégico não apenas perpetua a dependência do Sul Global em relação ao Norte Global, mas também limita suas oportunidades de participação equitativa na exploração e utilização dos recursos espaciais. Portanto, a teoria de Dolman (2005) não apenas delineia um plano de controle espacial pelos EUA, mas também evidencia as dinâmicas de poder e exclusão que caracterizam a exploração contemporânea do espaço exterior.

A AMÉRICA LATINA E O DESAFIO DA MARGINALIZAÇÃO ESPACIAL

A análise da marginalização espacial da América Latina revela as dimensões práticas do debate pós-colonial, evidenciando como as desigualdades estruturais no sistema internacional também se projetam para além da Terra. O protagonismo histórico dos EUA na área da exploração espacial não apenas reflete a capacidade tecnológica avançada do país, mas também ilustra um interesse estratégico profundo em dominar os recursos e as posições estratégicas no espaço. Essa dominação, no entanto, reforça disparidades entre Norte e Sul Global, especialmente em regiões como a América Latina, que permanecem em posição periférica diante desse cenário.

Nesse sentido, é inegável que existe uma disparidade significativa no desenvolvimento dos programas espaciais entre os países desenvolvidos e outras regiões do mundo, especialmente os países em desenvolvimento. Enquanto os Estados Unidos, juntamente com outros países desenvolvidos, têm recursos financeiros substanciais e capacidades tecnoló-

gicas avançadas para explorar o espaço, muitas nações em desenvolvimento enfrentam desafios econômicos e infraestruturais que limitam seu progresso nesse campo.

O assunto da exploração espacial na América Latina é complexo. A proposta de uma cooperação entre os Estados para a criação de uma Agência Espacial Regional já foi pensada. No entanto, segundo Sabino (2022), a era da colonização, seguida pela descolonização, junto com as instabilidades e resoluções sobre disputas de fronteiras, os conflitos locais, as posturas políticas dos governos, os desafios econômicos e outras questões, impediram os países de firmar uma ideia de uma América Latina institucionalmente unificada.

É evidente a relação regional tumultuada e frágil da América Latina, o que, por consequência, afeta as discussões sobre a criação de uma Agência Espacial Regional, a possibilidade de debater internacionalmente sobre o assunto e ter reconhecimento perante suas descobertas no espaço fazendo com os países do Centro tenham protagonismo e “vitória” no domínio da tecnologia espacial. Esse domínio do Centro advém de narrativas de neutralidade que são reforçadas muitas vezes pela ideia de que o conhecimento produzido é para a humanidade. Porém, cabe ressaltar que os vitoriosos sempre têm razão, e a aparente neutralidade da narração frequentemente esconde que ela provém do Centro nos colocando na posição de subalternização (Krishna, 2018).

No entanto, apesar das dificuldades, é possível localizar três países da América Latina que se destacam no desenvolvimento espacial regional e são eles respectivamente nomeados Brasil, México e Argentina. O Brasil tem pioneirismo nessa área desde os anos iniciais da corrida espacial, no entanto, o país acabou perdendo sua notoriedade nos avanços tecnológicos ao longo dos anos mediante a falta de investimentos na área e problemas internos já citados aqui anteriormente como característicos de países do Sul Global. A Argentina e sua capacidade correspondem à metade da capacidade brasileira e o México segue como um agente expressivo em virtude de seus vizinhos

terem pouca ou nenhuma tecnologia espacial (Froehlich et al., 2020).

Em outras palavras, Froehlich et al. (2020) discorre que no tocante às capacidades de lançamento na América Latina e de veículos lançadores, destacam-se Brasil e Argentina. Porém a região continuará na dependência das potências como EUA, Europa, China e Rússia. Ou seja, mesmo que alguns países desenvolvam tecnologia espacial e alguns outros como Chile, Peru e Venezuela estejam posicionados como países emergente no desenvolvimento espacial, a tecnologia produzida na Periferia estará constantemente sendo limitada pelo Centro para ser utilizada apenas como foco de interesse para exploração de matéria prima como, por exemplo, o caso do lítio na Bolívia e locais para escoamento de tecnologia defasada além de posições estratégicas nas corridas espaciais que possam vir ocorrer.

Em virtude disto, torna-se notório a perspectiva de imperialismo do conhecimento e considera-se a banalidade da falta de investimentos e reconhecimento nessa área nos remetendo ao Nacionalismo Metodológico abordado por Krishna (2018) que nos foi ensinado de maneira neutra. Em outras palavras, o capitalismo consegue se infiltrar na sociedade de uma maneira imperceptível, dessa forma, a periferia e a tecnologia espacial que tenta se desenvolver se tornam apenas parte de um produto de uma ideologia, parte explorada nos estudos espaciais.

Por fim, é crucial entender como esse processo “civilizatório” do espaço exterior ocorrerá, suas consequências, e como operará as categorias de classe, gênero, nação, raça e grupos sociais, além das relações sociais de poder. Marc Ferro (2017) define colonização como a ocupação de uma terra estrangeira por uma população com sua cultura, e a instalação de colonos. A colonização visa assegurar áreas de influência e dominação, além de expandir o comércio, sendo uma conquista de poder político, econômico e cultural pelos Estados.

A exploração de recursos naturais no espaço é uma realidade, com especulação sobre os ganhos políticos e econômicos. Apesar do pouco conhecimento sobre vida fora da Terra,

ferramentas para colonização em satélites naturais, como a Lua, já estão sendo desenvolvidas e de acordo com Pfaltzgraff (2011), as democracias que liderarem a colonização espacial levarão consigo seus valores e estruturas políticas, ampliando o alcance da hegemonia. Assim, a América Latina enfrenta o desafio de não apenas superar suas limitações estruturais, mas também de resistir a uma nova forma de exclusão que reflete e perpetua as desigualdades históricas entre Centro e Periferia. Por fim, todo esse processo envolve dominador e dominado, com violência e desigualdade, e pode aumentar a disparidade entre países do centro e da periferia e reforçar o jogo de poder existente, onde as potências ditam as regras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário contemporâneo de avanços rápidos no desenvolvimento espacial, vivencia-se uma era marcada por um intenso interesse e atividade na exploração e colonização do espaço extraterrestre. Este fenômeno não apenas reconfigura os papéis tradicionais dos atores das relações internacionais, mas também introduz novas dinâmicas que abrangem desde sistemas comerciais e civis até estratégias militares e científicas, promovendo uma visão expandida de expansão e controle no espaço sideral. Motivados por aspirações que vão além da curiosidade científica, governos e empresas privadas buscam explorar recursos, estabelecer bases e potencializar posições estratégicas no cenário global através do domínio do espaço.

A *Astropolitik*, formulada por Dolman, surge como uma resposta estratégica à necessidade percebida pelos Estados Unidos de exercer um controle significativo sobre o espaço exterior. Para Dolman, essa abordagem não se limita a uma exploração benigna, mas abraça a militarização do espaço como um meio para garantir a segurança nacional e a supremacia global. Propõe-se assim uma política que não apenas favorece a livre competição e o aproveitamento econômico do espaço, mas também reforça a capacidade de projeção de po-

der militar e influência política através da dominação dos recursos espaciais.

No entanto, a implementação dessa visão não está isenta de críticas, especialmente do ponto de vista pós-colonial. A falta de inclusão significativa dos países do Sul Global nos benefícios e oportunidades geradas pela exploração espacial pode perpetuar desigualdades já existentes em termos de desenvolvimento tecnológico e econômico. Os recursos limitados e a capacidade técnica reduzida desses países os deixam à margem de uma corrida espacial dominada por nações mais desenvolvidas, exacerbando as disparidades globais e comprometendo a visão de um desenvolvimento espacial sustentável e colaborativo.

Além das questões de equidade e inclusão, a *Astropolitik* também levanta preocupações éticas e geopolíticas significativas. A militarização do espaço e a competição por recursos estratégicos podem intensificar as tensões internacionais, aumentar o risco de conflitos armados no espaço e minar esforços de cooperação global. A ausência de um quadro regulatório internacional robusto para governar as atividades no espaço pode resultar em uma fragmentação ainda maior das relações internacionais, onde o espaço exterior se torna um campo de batalha para interesses nacionais conflitantes.

Diante desses desafios complexos, é fundamental que a comunidade internacional e os estudiosos das relações internacionais se engajem em um diálogo aprofundado e colaborativo sobre o futuro do espaço exterior. Isso inclui a exploração de novas abordagens políticas e legais que promovam a cooperação multilateral, a governança inclusiva e o desenvolvimento sustentável no espaço. No que se refere aos estudos de Relações Internacionais, é indispensável o exercício de aplicação das mais diversas teorias da disciplina para ampliar o saber em relação ao espaço extraterrestre à medida que a humanidade expande para fora do planeta, inclusive a teoria pós-colonial presente nesse artigo tendo em vista que o projeto espacial inclui a colonização do mesmo. Somente por meio de uma abordagem globalmente coor-

denada e equitativa pode-se alcançar um futuro onde os benefícios da exploração espacial sejam compartilhados de maneira justa e responsável por toda a humanidade, preservando tanto a segurança quanto a cooperação internacional no ambiente espacial.

NOTAS

¹Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás. Áreas de interesse: Segurança Internacional; Estudos Estratégicos e Análise de Política Externa. E-mail: gabriellypfonceca@icloud.com.

²O conceito de *soft power*, formulado por Joseph S. Nye (2004), refere-se à capacidade de um Estado influenciar o comportamento de outros atores internacionais por meio de atração e persuasão, em vez do uso da força militar (*hard power*). Essa forma de poder baseia-se em elementos como cultura, valores políticos e políticas externas legitimadas.

³O conceito de pegada satelital (*satellite footprint*), desenvolvido por Lisa Parks (2005), refere-se às zonas geográficas cobertas pelos sinais transmitidos por satélites de comunicação e observação. Mais do que um termo técnico, a autora o utiliza para discutir como a infraestrutura espacial — frequentemente percebida como neutra ou global — reflete e reproduz relações de poder, exclusão e vigilância, especialmente ao delimitar quais regiões do planeta estão incluídas ou marginalizadas nas redes de conectividade global.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Colin. **THE GREATEST ADVENTURE**: a history of human space exploration, 2021.

COLBERT, Caroline Rocha Travassos. Um diálogo teórico entre a Astropolítica de Everett Dolman e a Geopolítica Clássica de Mahan e Mackinder. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 66-77, 2018. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/219>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COX, Robert W. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p.10-37, 2021.

DOLMAN, Everett C. **Astropolitik**: classical geopolitics in the space age. London: Frank Cass, 2005. Disponível em: <http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=242260>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FENG, Liu; RUIZHUANG, Zhang. The typologies of realism. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 1, n. 1, p. 109-134, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/1/1/109/298728>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GALANTE, Alexandre. **Trump ordena a criação da 'Força Espacial' como o sexto ramo militar**. 2018. Disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2018/06/18/trump-ordena-a-criacao-da-forca-espacial-como-o-sexto-ramo-militar/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KRISHNA, Sankaran. Postcolonialism and its relevance for International Relations in a globalized world. In: PERSAUD, Randolph; SAJED, Aline (eds.). **Race, Gender, and Culture in International Relations – Postcolonial Perspectives**. London and New York: Routledge, 2018.

NUÑEZ, Arthur Janeiro Campos. Sistema de lançamento vertical de mísseis. **Revista Marítima Brasileira**, v. 142, n. 04/06, p. 203-213, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/5745>. Acesso em: 11 jun. 2024.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: the means to success in world politics. New York: PublicAffairs, 2004.

MACDONALD, Fraser. Anti-Astropolitik: Outer Space and the Orbit of Geography. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 5, p. 592-615, 2007. DOI: 10.1177/0309132507081492.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001

PALADINI, Stefania. **The New Frontiers of Space**: economic implications, security issues and evolving scenarios. Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-19941-8>. Acesso em 11: jun. 2024.

PFALTZGRAFF, Jr Robert L. **Toward a Theory of Spacepower**: select essays. Washington: National Defense University Press, 2011.

PARKS, Lisa. **Cultures in Orbit**: satellites and the televisual. Durham: Duke University Press, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019.

SABINO, Renatha Victória dos Santos. **Teoria das Relações Internacionais e a dimensão espacial extraterrestre**. 2022. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17444>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

SAUSEN, Tania Maria. A educação espacial na América Latina e a posição do Brasil no contexto regional. Cooperação internacional na área espacial. **Parcerias Estratégicas**, v. 7, p. 151-164, 1999. Disponível em: http://www.fisica.seed.pr.gov.br/arquivos/File/Homem_Lua/o_brasil_ativ_espac.pdf#page=149. Acesso em: 23 jun. 2024.